Ucrânia mais perto da União Europeia

Os 27 países-membros do bloco aceitam conceder ao país invadido pela Rússia o status de candidato à adesão. Presidente Zelensky celebra "momento histórico". Ativistas e especialistas explicam o simbolismo da decisão anunciada em Bruxelas

» RODRIGO CRAVEIRO

John Thys/AFP

Emmanuel Macron (E), Charles Michel (C) e Ursula von der Lyen (D) participam de entrevista coletiva em Bruxelas: boas vindas à candidatura de Kiev

Assim que a Rússia invadiu a Ucrânia, em 24 de fevereiro, Iegor Soboliev (**leia Três Perguntas para**), 45 anos, resolveu voltar a lutar por sua nação. Dessa vez nas trincheiras. Em 2014, o então chefe do Comitê Anticorrupção do Verkhovna Rada (Parlamento unicameral) saiu às ruas e ajudou a liderar o Euromaidan — a onda de protestos que explodiu na Ucrânia, entre 21 de novembro de 2013 e 23 de fevereiro de 2014, e terminou com 108 mortos. Uma das demandas do movimento foi a entrada do país na União Europeia (UE). "Com frequência, converso com os companheiros mortos no Euromaidan. Eles são meus anjos e supervisores. Tenho certeza de que estão orgulhosos", contou Soboliev ao Correio, a partir do front, no sul do território ucraniano. Ontem, em Bruxelas, os 27 países-membros da UE acordaram conceder à Ucrânia e à Moldávia o status de candidatos à adesão ao bloco.

"É um momento histórico. O dia de hoje marca um passo crucial em seu caminho em direção à UE. (...) Nosso futuro é juntos", celebrou Charles Michel, presidente do Conselho Europeu. Por sua vez, Ursula von der Leyen, presidente da Comissão Europeia (órgão executivo da UE), disse que ontem foi um "bom dia" para a Europa e parabenizou os presidentes Volodymyr Zelensky (Ucrânia) e Maia Sandu (Moldávia). "Seus países são parte de nossa família europeia. A decisão histórica dos líderes confirma isso", assegurou. Von der Leyen considera que a decisão fortalece a própria Europa, diante do "imperialismo russo". "Ela mostra ao mundo que estamos unidos e fortes, ante ameaças externas."

Zelensky comemorou o anúncio. "É um momento único e histórico nas relações entre a Ucrânia e a UE. O futuro da Ucrânia se encontra no seio da UE", declarou. O líder francês Emmanuel Macron, cujo país exerce a presidência rotativa da UE, viu o anúncio do bloco como um "sinal muito forte" para o Kremlin e um "gesto político" de uma "Europa forte e unida". A decisão do bloco foi tomada na véspera em que a guerra completa quatro meses. A adesão plena deve levar alguns anos até a efetivação.

Diretora da AutoMaidan, uma ONG surgida em 2013, em Kiev, durante o Euromaidan, Kateryna Butko afirmou ao **Correio** que a candidatura da Ucrânia é um "evento extremamente importante". "Principalmente se considerarmos o preço que temos pago e que continuamos a pagar. Nós estamos lutando, literalmente com nosso sangue, pelo direito de estar na Europa e no mundo civilizado", disse. Ela aposta que a Ucrânia será capaz de se tornar membro pleno do bloco. "A União Europeia estabeleceu um número de exigências que devem ser cumpridas pela Ucrânia, a fim de manter a candidatura. Elas são muito significativas para a nossa nação, independentemente do status da UE. Em particular, a luta contra a corrupção e a reforma judicial. Este não é o primeiro ano em que a sociedade civil saiu em defesa dessas reformas, pois elas são a chave para o funcionamento adequado do país", comentou Butko.

Peter Zalmayev, diretor da ONG Eurasia Democracy Initiative (em Kiev), os ucranianos aguardavam a decisão desde 2012. "O pedido de candidatura da Ucrânia foi o que levou ao Euromaidan. Na época, a Rússia não queria permitir o status de candidata a Kiev. Agora, Vladimir Putin (presidente russo) sinalizou não se importar com a entrada na UE", disse à reportagem. De acordo com ele, a decisão pode levar entre 5 e 10 anos até que a Ucrânia se torne membro da União Europeia. "É preciso lembrar que a Turquia bateu às portas da UE por três décadas. Outra preocupação é o fato de que dois países esperam há mais tempo: a Albânia e a Macedônia do Norte. Seria injusto aceitar a adesão da Ucrânia antes da admissão dessas nações."

Exigências

Zalmayev lembra que há muitas etapas a cumprir. "A Ucrânia precisa atender a cerca de 8 mil páginas de regulamentos. É uma burocracia do tamanho de um mamute. Muito ainda precisa ocorrer antes de adesão se tornar realidade, mas trata-se de um voto de confiança na Ucrânia enquanto nação europeia", admitiu o especialista. Ele analisa a decisão como um voto de confiança de que Kiev se distancia de Moscou. "É um sinal de que a maioria esmagadora de ucranianos apoia esse caminho para além da Rússia e para mais perto da Europa democrática liberal."

Também em Kiev, Petro Burkovsky — analista da Fundação de Iniciativas Democráticas Ilko Kucheriv — admite que o status de candidato para a Ucrânia representa uma imensa derrota geopolítica para a Rússia. Segundo ele, com a manobra, a UE rejeita a demanda russa de isolar a Ucrânia na própria esfera de influência e confirma que não cederá à pressão e à chantagem russa. Mas ele também vê benefícios práticos e mais imediatos. "Trata-se de um compromisso do bloco em apoiar a Ucrânia com dinheiro e armas, e, depois da guerra, ajudar na reconstrução do país. O estatuto como candidato inclui exigências para que o governo ucraniano realize reformas judiciárias e implemente políticas anticorrupção."

Três perguntas para

IEGOR SOBOLIEV, ex-parlamentar ucraniano e um dos líderes do Euromaidan, movimento de resistência civil ocorrido entre 2013 e 2014, que tinha como um dos objetivos a adesão da Ucrânia à União Europeia. Hoje, atua como soldado, na linha de frente

Como um dos líderes do Euromaidan, de que maneira o senhor analisa a decisão da União Europeia?

Nós éramos sonhadores em 2013. Agora, vemos a realidade!

Qual análise o senhor faz dos sacrifícios do povo ucraniano para que esse momento ocorresse?

Fomos a primeira nação a lutar e a morrer sob bandeiras europeias. Nós estamos construindo um Estado democrático livre, apesar do passado colonial, da grande corrupção e da agresão russa. Nós o estamos construindo do zero, a partir de nossa própria posição, de nossa vida e de nossa responsabilidade. A liberdade e a vontade (em ucraniano, representam a mesma coisa: "volia") são nossa religião. Estou feliz em dizer aos meus amigos mortos: 'Nós estamos ganhando, caras!".

Que futuro o senhor espera para a Ucrânia?

Estou feliz e orgulhoso. Eu disse aos meus filhos, hoje, à noite, por telefone, a partir da cidade bombardeada de Mykolaiv: 'Parabéns! Esse é um dia histórico. Gerações de ucranianos estão lutando pelo futuro. E vocês serão o futuro — um país europeu forte e cheio de dignidade. (**RC**)

Arquivo pessoal

ESTADOS UNIDOS

Justiça ratifica direito de portar armas

"É parte de um esforço para vender e colocar mais armas nas ruas. Trata-se de dinheiro, não de salvar vidas." O desabafo, em entrevista ao **Correio**, partiu de Tom Mauser, pai de Daniel Mauser, 15 anos, um dos 13 mortos durante o massacre na Escola Secundária de Columbine, em Littleton (Colorado), em 20 de abril de 1999. Ele se disse "extremamente desapontado" com a decisão da Suprema Corte dos Estados Unidos que, ontem, reafirmou o direito dos cidadãos de portar armas de fogo em público. Por seis votos contra três, a máxima instância do Judiciário anulou uma lei de Nova York, datada de 1913, que exigia a comprovação da necessidade legítima de defesa pessoal para receber a autorização para porte de armas em público. Com a medida, os estados norte-americanos ficarão impedidos de restringir o direito dos cidadãos de possuirem armas.

Há exatamente um mês, um jovem de 18 anos invadiu a Escola Primária Robb, em Uvalde (Texas), e matou 19 crianças e duas professoras. Dez dias antes, um supremacista branco tinha disparado dentro de um supermercado da cidade de Buffalo (Nova York) e tirado a vida de dez pessoas. O presidente Joe Biden também se declarou "profundamente decepcionado" com a revogação da lei e disse que a medida "contradiz tanto o senso comum como a Constituição".

Ed Jones/AFP

Dono de pistola pratica em estande de tiro no Queens, em Nova York

Foi a primeira decisão da Suprema Corte em uma década sobre Segunda Emenda — o texto constitucional que garante a legítima defesa. A Associação Nacional do Rifle (ANR), o poderoso lobby pró-armas, enalteceu "uma vitória decisiva para os homens e mulheres de bem de todos os EUA". "O direito à legítima defesa e de defender a família e os entes queridos não deve se restringir ao lar", afirmou o vice-presidente executivo Wayne LaPierre.

Para Tom Mauser, a Suprema Corte retirou o direito dos governos estaduais e locais de regularem sua segurança, particularmente em locais com alta densidade populacional e em um momento em que a violência armada aumenta significativamente. "Os Estados Unidos já têm pessoas demais com permissão para carregar armas escondidas, mas não vejo evidências de que isso reduza a violência armada", lamentou. Ele destaca que estudos têm mostrado que os cidadãos que carregam armas são muito mais propensos a ter medo das pessoas ao seu redor. "Eles experimentam uma sensação de que podem precisar intervir para resolver uma situação capaz de se tornar violenta", alertou. (**RC**)